

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Instituto Leônidas e Maria Deane

I SEMINÁRIO DE JORNALISMO EM SAÚDE E AMBIENTE NA AMAZÔNIA

INSTITUTO LEÔNIDAS E MARIA DEANE (FIOCRUZ AMAZÔNIA)

Manaus - Amazonas

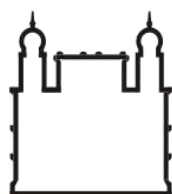


FAPEAM
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

Secretaria de Estado de
Ciência e Tecnologia



TRABALHANDO PARA CRIAR OPORTUNIDADES



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Instituto Leônidas e Maria Deane

O Instituto Leônidas e Maria Deane (ILMD) é a unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz na Amazônia, localizada no Estado do Amazonas, com sede na cidade de Manaus. Sua missão é contribuir para a melhoria das condições de vida e saúde das populações amazônicas e para o desenvolvimento científico e tecnológico regional, integrando a pesquisa, a educação e ações de saúde pública.

Coordenação

MSc. Fabrício Ângelo

Comissão Científica

Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi (Ufrgs)

Prof. Dr. Reges Tony Schwaab (Ufop)

Prof. Dr. Leonel Azevedo de Aguiar (PUC/RJ)

Profa. MSc. Gisele Neuls (Uniderp/MS)

Palestrantes

Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi (Ufrgs)

Prof. Dr. Reges Tony Schwaab (Ufop)

Prof. Dr. Leonel Azevedo de Aguiar (PUC/RJ)

Profa. Dra. Luiza Rosângela da Silva (Canal Saúde-Fiocruz/RJ)

Daniela Assayaq, Rede Amazônica

Wilson Reis, Pres. SindJor/AM

Moderadores

MSc. Cristiane de Lima Barbosa (Fucapi/AM)

MSc. Carlos Fábio Guimarães (Sect/AM)

Revista Eletrônica Mutações (ISSN 2178-7018)

Universidade Federal do Amazonas

Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia

Estrada Parintins/Macurany, Nº 1805, Bairro Jacareacanga

Parintins-Amazonas



FAPEAM

Secretaria de Estado de
Ciência e Tecnologia



TRABALHANDO PARA CRIAR OPORTUNIDADES



Apresentação

MSc. Fabrício Ângelo

A comunicação, e especialmente o jornalismo, têm um papel relevante a desempenhar, na medida em que contribuem para a popularização do debate, bem como para a formação da opinião pública acerca das importantes decisões que precisam ser tomadas coletivamente.

O desafio de divulgar o conhecimento científico vem crescendo a partir do momento que a inserção da ciência, tecnologia e inovação e das pautas sobre sustentabilidade estão cada vez mais próximas da população.

A Amazônia é tema recorrente para os veículos de comunicação nacionais e internacionais, e a produção de informação sobre a região segue sendo cada vez mais procurada.

O objetivo deste I Seminário de Jornalismo em Saúde e Ambiente na Amazônia é realizar um balanço das pesquisas do Jornalismo e da Comunicação sobre a região, bem como da cobertura da imprensa regional e nacional sobre estes temas, e discutir o papel que a mídia e a pesquisa desempenham na transição para um mundo mais sustentável.

A imprensa como ferramenta de divulgação da medicalização

Rosineide Alves de Farias (MSc. História (UFCG), bolsista da FIOCRUZ e docente da Faculdade Metropolitana de Manaus/FAMETRO).

INTRODUÇÃO

O presente resumo é uma breve explanação de como a imprensa é uma importante ferramenta para divulgar discursos quanto aos cuidados com o corpo, com a saúde e com a vida. O objeto de estudo da pesquisa realizada nos anos de 2011/2012, foi como a medicalização do parto teve a imprensa como aliada para propagação das maternidades como espaços ideais para às parturientes darem à luz. E foi entre folhetos informativos e jornais que a pesquisa foi se alicerçando para conseguir alcançar os objetivos propostos. O recorte temporal foi 1950-1970, e o espaço foi o estado da Paraíba. Em meio às fontes pesquisadas percebe-se que os discursos construídos foram tecendo novos olhares sobre as maternidades, sobre os cuidados com os infantes e sobre as parturientes.

OBJETIVOS

Fazer um levantamento de fontes jornalísticas e informativas que remetiam a temática medicalização do parto;

Analisar os folhetos e jornais no que remete a construção dos discursos sobre o parto, às maternidades e os cuidados com o corpo;

Problematizar os discursos encontrados nas fontes jornalísticas, no que cabe a vertente da medicalização do corpo.

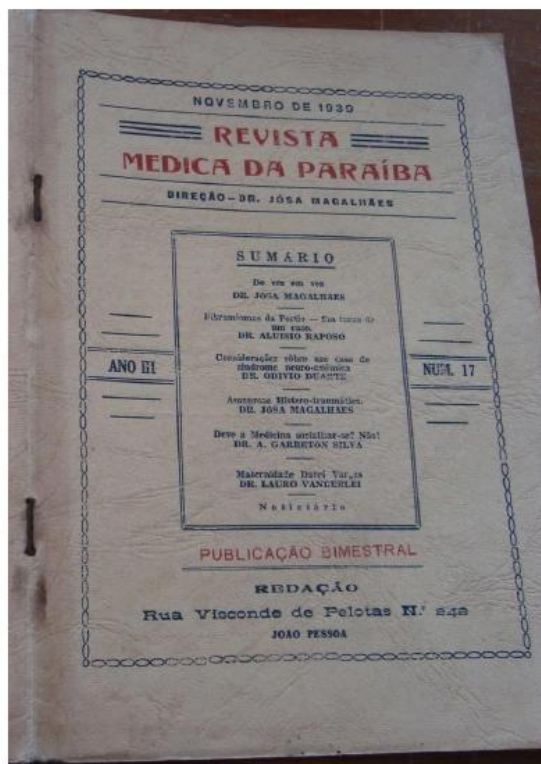
METODOLOGIA

Através de fontes documentais como Jornais e folhetos a pesquisa bibliográfica tornou-se possível entender e alcançar os objetivos propostos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No século XX, uma série de questões relativas à higiene e saúde ecoaram pelo país a partir de manuais voltados para as mães, as famílias e as moças casadoiras,

através da escola, dos periódicos, dos jornais e de todos os meios que pudessem adentrar nos lares e nas conversas familiares.



FONTE: Acervo Átila Almeida.

Esta Revista trás, o discurso da inauguração da Maternidade Darcí Vargas, em João Pessoa, pronunciado pelo Dr. Lauro Vanderlei, do qual se extraiu o seguinte excerto:

[...] Èle [sic] (o empreendimento da Maternidade) é uma reparação ao esquecimento criminoso e ao abandono injustificável a quem o país entregou, até bem pouco, a mulher mãe, grande heroína da paz, contribuindo com a sublimidade do seu sofrimento e até com a imolação de sua vida para cimentar os alicerces inexpugnaveis [sic] da nacionalidade. (Revista Médica da Paraíba, Ano III, n.º. 17, novembro de 1939, João Pessoa – PB, p. 20 – 21).

No final da década de 60, folhetos informativos ambicionavam educar a população para uma cultura higiênica que se voltava principalmente para os cuidados com a criança. Em João Pessoa foram distribuídos alguns destes panfletos:

Atenção ao original de ABBECCO-CHAVÉ.

CUIDADOS COM O BEBE

1

CURATIVO DO UMBIGO

1. Nunca use um litro de água ao preparar o leite. Sempre use água em quantidade suficiente para garantir a esterilização. Use sempre água em quantidade suficiente para garantir a esterilização.

2. Se o leite estiver muito quente, deixe-o esfriar antes de dar ao bebê.

PREVENIR O RISCO DE DOENÇAS PELA SAÚDE DE SEU FILHO

COMO FAZER CORRETAMENTE O CURATIVO DO UMBIGO

1. **Seque o umbigo sempre imediatamente.**
2. **Use a solução de álcool 70%.**
3. **Seque com uma gaze esterilizada.**
4. **Seque o umbigo sempre a partir do centro e vá para a periferia.**
5. **Seque o umbigo sempre duas vezes ao dia.**
6. **Seque o umbigo sempre antes de colocar o bebê no berço.**
7. **Seque o umbigo sempre antes de dar o leite.**
8. **Seque o umbigo sempre antes de dar o banho.**
9. **Seque o umbigo sempre antes de dar o banho.**
10. **Seque o umbigo sempre antes de dar o banho.**
11. **Seque o umbigo sempre antes de dar o banho.**
12. **Seque o umbigo sempre antes de dar o banho.**

FONTE: Acervo Átila Almeida.

POR QUE É MANTIDO O MINI-POSTO

- Organizações: Intermunicipal, Prefeitura, Estado e Particulares.
- Profissionais.
- Comunidade (segundo o Serviço de Saúde).

O QUE É A SOCIEDADE DE SAÚDE?

É uma entidade com a finalidade de reunir pessoas da Comunidade para tratar do cuidado de saúde e, consequentemente, integrar-se às atividades do Mini-Posto.

Classificação para Seleção de Serviços: Brasil e ABBECCO-CHAVÉ e Projeto Serviço de Saúde (PSSS).

Seu filho de 1 ano de idade tem 10 dentes de leite.

CONHEÇA O

MINI-POSTO DE SAÚDE

2/72 - 13/000

O QUE É O MINI-POSTO

É uma pequena Unidade de Saúde, localizada no meio rural para atender as famílias.

FINALIDADES

Assessoria de modo especial:

- Gestantes
- Crianças menores de 5 anos
- Escolas

POR QUE SÃO ATENDIDAS AS PESSOAS NO MINI-POSTO

Pela Orientadora de Saúde que é uma pessoa selecionada pela Comunidade e formada pelo Programa de Saúde do Estado de Paraíba (PESSE) ou FESP e ANCAR-Paríba.

As Orientadoras de Saúde são remuneradas pelas Profissões Municipais e pelas próprias Comunidades.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ORIENTADORA DE SAÚDE

- Preparar e orientação das gestantes.
- Atendimento às crianças.
- Atendimento às doenças e doenças, tratamento de doenças específicas.
- Controle de imunizações.
- Controle de material para exames de laboratório.
- Registro de sintomas.
- Diagnósticos:
 - Surtos
 - DST
 - Anemia-Ferritina
 - Anemia-Ferritina
 - Anemia-Ferritina
- Outros que se destinam ao bem-estar.

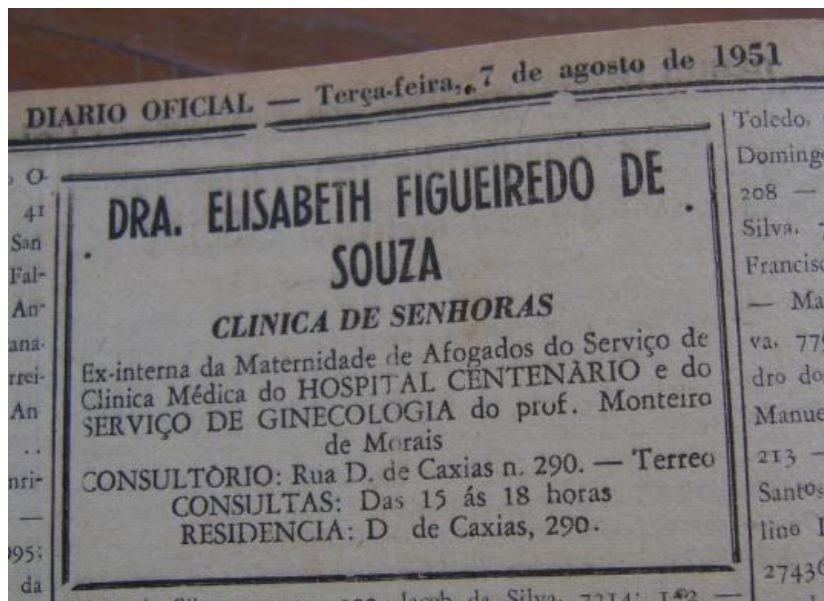
FONTE: Acervo Átila Almeida.

O folheto acima é um breve resumo informativo sobre o que era o Mini-Posto, descrevendo sua finalidade, que era a de facilitar o acesso das pessoas ao campo da Assistência Médica para primeiros socorros, imunização e acompanhamento materno-infantil, onde o(a) principal responsável pelo atendimento era um(a) representante da própria comunidade, escolhido(a) e treinado(a) para este fim.

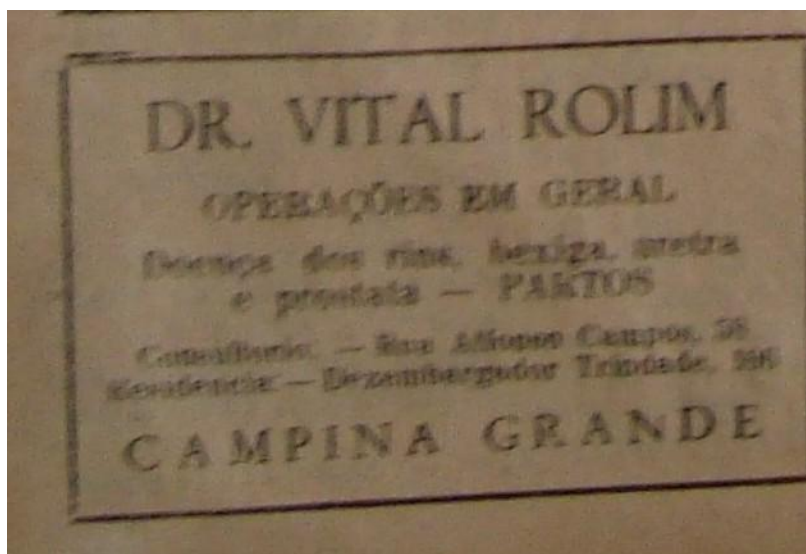
Diante da popularização e acesso aos Mini-Postos ou até mesmo pequenos e grandes Centros de Saúde, os discursos médicos, se tornariam cada vez mais fortes.



Entre tantos jornais folheados, a presença de médicas foi raríssima, mesmo tomando como recorte temporal 1950 – 1970, as mulheres ainda estavam à sombra da Medicina, onde sua participação era predominante como auxiliares: enfermeiras, assistentes, secretárias e faxineiras, tanto em hospitais, quanto em clínicas, consultórios ou postos de saúde. O caso da Dra. Elisabeth Figueiredo pareceu uma exceção:



Ao contrário do texto do Dr. J. Tavares Cavalcanti, a Dra. Elisabeth Figueiredo de Souza teve que legitimar seu ofício, descrevendo seu histórico em linhas que destacavam as instituições que trabalhou.





Assim como o anúncio dos serviços do Dr. Vital Rolim, o anúncio de Dr. Francisco Chaves Brasileiro no mesmo quadro *Indicador Profissional*, do também Jornal Voz da Borborema, divulga sua especialidade de cuidar das doenças da mulher e do parto. Os jornais se tornaram grandes aliados dos profissionais da saúde, por cotidianamente divulgarem os benefícios da medicina para com os cuidados e a cura do corpo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar, estudar e analisar o corpo foi um exercício de caminhar por espaços de pesquisa que vão além da História; foi tecer diálogos com outras áreas do saber como a Sociologia, o Jornalismo, a Antropologia, a Medicina, a Enfermagem... o que possibilita muitas leituras e muitas possíveis apreciações.

REFERÊNCIAS

ANCAR – PB. Revista. Cuidados com o bebê 1 – Curativo do Umbigo. Folhetos da Ancar – PB. João Pessoa, 1/69, s/d.

ANCAR – PB. Revista. Cuidados com o bebê 2 – A sua chegada. Folhetos da Ancar – PB. João Pessoa, 1/69, s/d.

ANCAR – PB. Revista. Conheça o Mini-Posto. Folhetos da Ancar – PB. João Pessoa, 3/72, s/d.

JORNAL VOZ DA BORBOREMA, 14 de agosto de 1937. Disponível no Acervo Átila Almeida. Campina Grande, PB.

JORNAL VOZ DA BORBOREMA, 13 de outubro de 1937. Disponível no Acervo Átila Almeida. Campina Grande, PB.

JORNAL VOZ DA BORBOREMA, 05/07/1958. Disponível no Acervo Átila Almeida. Campina Grande, PB.

Desafios do jornalismo científico em Parintins

Mirian Souza Bitencourt (Estudante de graduação do curso de Comunicação Social pela Universidade Federal do Amazonas. Pesquisadora de Iniciação Científica. mirian-bitencourt@hotmail.com);

Lucas Milhomens (Orientador de Pibic e Professor do curso de Comunicação Social da Ufam)

INTRODUÇÃO

O artigo é resultado da pesquisa de iniciação científica que estamos desenvolvendo no ICSEZ¹ cujo objetivo é estudar os fatores que influem a ausência do jornalismo científico no município de Parintins (localizado a 365 km de Manaus – Amazonas), tendo como objeto de estudo os dois jornais impressos de maior circulação na cidade: “Novo Horizonte” e “Repórter Parintins”.

OBJETIVO

Fazer um levantamento dos motivos (empíricos e conceituais) que proporcionam a ausência do jornalismo científico nos dois jornais escolhidos.

METODOLOGIA

Inicialmente fizemos um estudo bibliográfico para a compreensão do conceito de jornalismo científico. Nos três primeiros meses (Agosto a Outubro), foram feitas as coletas dos jornais Novo Horizonte e Repórter Parintins, totalizando 24 edições sendo 12 de cada jornal. E por fim, as análises dos dados coletados e produção do artigo.

RESULTADOS

Através desta pesquisa detectamos que a maioria dos profissionais que trabalham nesses veículos possui formação acadêmica em jornalismo, o que nos leva para outra discussão, a deficiente formação jornalística no que tange a preparação do profissional para escrever sobre ciência. Os dois jornais não dispõem de uma editoria específica para veicular matérias de cunho científico.

¹ Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ/Ufam, Campus Parintins.

CONCLUSÃO

A insuficiente formação do jornalista para cobrir ciência e a incompreensão de boa parte dos cientistas sobre o papel do jornalismo científico pode comprometer a qualidade final dos produtos noticiosos. Mas essa situação pode mudar se ambos (jornalistas e pesquisadores) se dispuserem a dialogar, a entender as particularidades dos processos de produção das notícias.

REFERÊNCIAS

BOAS, Sergio Vilas. Formação & informação científica: jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Summus, 2005.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Científico e o ensino de ciências. Disponível em: <http://www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo_cientifico/artigo30.php>. Acesso em: 10 de março de 2012.

BURKETT, Warren. Jornalismo científico: como escrever sobre ciência, medicina e alta tecnologia para os meios de comunicação. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

OLIVEIRA, Fabiola de. Jornalismo Científico: 2. Ed., São Paulo: Contexto, 2007.

Estudo comunicacional sobre perspectivas de mudança de vida para mulheres Mura segundo especificações de projeto REDD+

Renan Albuquerque Rodrigues (Bel. Comunicação Social, MSc. Psicologia Social, Dr. Sociedade e Cultura na Amazônia. É professor da Universidade Federal do Amazonas. renanalbuquerque@hotmail.com); Antônio José do Nascimento Fernandes (Bel. e MSc. Química); Rodrigo da Costa Lima (Bel. Gestão Ambiental)

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

Em aldeias da etnia Mura, no município de Borba (a 150 km de Manaus, capital do Amazonas), a economia praticada a partir do sistema comunal de apropriação, de viés solidário — em que as mulheres são decisivas na orientação para o repartimento da comida — tem sofrido abalo por conta da pressão originada pela lógica capitalista. Com o município amealhado por força de empresários sem compromisso com a conservação socioambiental, a marca do sistema tradicional de apropriação e divisão das mulheres Mura vem sendo apagada (ARAGONÉS e AMÉRIGO, 1991). Em meio a diferentes ações que podem ser executadas para mitigar efeitos do avanço de *commodities* no modo de vida indígena, situa-se a proposta REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, incluindo a garantia de melhores práticas sociais de conservação).

Um projeto dessa monta foi proposto para regiões do entorno de aldeias Mura, em Borba. O projeto é denominado Trocano Araretama (TA) e tem como meta fomentar perspectivas de enfrentamento e resistência a mulheres Mura frente ao avanço de *commodities* (TAJFEL, 1982). Tomando o pressuposto, contemplado dentro do plano estadual de Serviços Ambientais do Estado do Amazonas, foram descritos os objetivos: i) estudar em profundidade aspectos comunicacionais do projeto REDD+ e ii) investigar em que medida eles tendem a ser efetivamente claros, precisos e de fácil entendimento pela população rural, ribeirinha e indígena que terá acesso ao *paper*.

MÉTODOS E TÉCNICAS

O TA almeja modificar a vida de índios Mura que moram em Borba, a sudeste do Estado do Amazonas, na região do rio Madeira, via implementação do mecanismo REDD+. O TA está em fase de validação e poderá ser implantado a partir de

agosto/setembro de 2013. O Projeto REDD+ de Borba foi elaborado por pesquisadores ligados à Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e ao Instituto de Terras do Estado do Amazonas (Iteam), dentro do modelo Ecometric - Natural Forest Standard (ECONFS). Nesse modelo, o desmatamento evitado juntamente com o grau de valor da biodiversidade das porções de terra disponibilizadas ao projeto são levados em consideração para a mensuração do valor de comercialização dos créditos de carbono. Realizou-se meta-análise no capítulo 3 do projeto TA, cuja temática é denominada ‘Comunidades no entorno da área do projeto’.

Debruçou-se sobre esse capítulo porque ele é o mais direcionado ao perfil comunicacional da proposta, sobretudo em relação a perspectivas discursivas que o projeto contém em si mesmo, a saber: i) capacidade de ser inteligível aos protagonistas indígenas; e ii) características técnicas do texto (coerência entre proposta e realidade prática). No contexto da interatividade ciência-sociedade, o estudo ora apresentado procurou ser efetivo ao avaliar o grau de inteligibilidade da proposta REDD+, que poderá ser acessada e debatida em diferentes momentos pelas populações impactadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O perfil comunicacional das propostas direcionadas às mulheres Mura descrito na linha de base do documento foi avaliado levando-se em consideração a possível implementação das ações no entorno das aldeias dos índios Mura, de Borba, a partir do segundo semestre de 2013. Sobre o trabalho de etnografia e contexto social revelado entre as mulheres Mura, que norteou a base da avaliação comunicacional, foi efetivada leitura do tópico 5.1. do projeto REDD+, intitulado “Descrição dos impactos socioeconômicos positivos e negativos das atividades propostas pelo projeto em comunidades dentro da área do projeto e as comunidades legalmente estabelecidas fora da área do projeto concordando com acesso e direitos de uso de recursos”.

Nessa verificação, estudou-se o potencial de entendimento do problema segundo concepções fundamentais das indígenas: terra, família, trabalho e tradições. Dentro do escopo das dimensões humanas entre as Mura, e tomando como base o fato de que o sucesso das ações de inclusão social seja concretamente efetivado em um horizonte de até dois anos (curto prazo) para as mulheres diretamente envolvidas no REDD+ e cinco anos (médio prazo) para aquelas indiretamente abrangidas pelo projeto, há parcial desequilíbrio na análise dos processos de redução da desigualdade social impulsionada pelo efeito do avanço de *commodities*. Esse desequilíbrio, como se destacou, reside nas

condições mutáveis que projetos nas áreas de humanidades possuem naturalmente, sobretudo tendo em vista a dinâmica populacional e as complexidades socioculturais da população amazônica. A mutabilidade, entretanto, não encerra incertezas em sua totalidade, mas necessidades de alterações e ajustamentos na medida em que variáveis intervenientes se acoplam e transformam a realidade.

De modo que a não observância qualitativa dos quatro indicadores biodemográficos especificados (terra, família, trabalho e tradições), além das necessidades de acesso ao sistema de saúde em cenário *business as usual* (no qual o avanço da soja, pecuária e exploração madeireira se mantém), que não estão enfatizadas no projeto, diminuem o impacto proposto em relação às “Perspectivas de mudança de vida para as mulheres Mura”. A análise comunicacional das probabilidades do projeto REED+ ser claro e objetivo aos rurais, ribeirinhos e indígenas alvo da ação, além de parcialmente inteligível aos povos que estão sendo objeto de estudo, foi considerada a partir de pressupostos do escopo da dialogia, em que não apenas quem emite, mas também quem recebe a mensagem, deve estar consciente de seu papel no âmbito informacional.

CONCLUSÃO

Problemas primordiais enfatizados na meta-análise que direcionou a pesquisa são destacados pela não divulgação de pontos convergentes de interesses entre mulheres indígenas e executores do projeto, talvez pelo modelo técnico do projeto, ancorado no padrão Ecométrica. O papel comunicacional de cada um dos envolvidos na pesquisa, porém, busca ser contemplado a partir das inserções que foram feitas pela equipe de Humanas do TA, apesar da baixa taxa de inserções em campo feitas durante a construção da proposta de REDD+.

Após avaliação da validade interna do documento, indica-se que mais pesquisas de campo são necessárias para que se descrevam melhor em que medida o TA pode beneficiar comunidades indígenas e como o TA pode, por ele mesmo, servir como instrumento norteador das ações projetadas para as mulheres Mura de Borba.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco José Batista de. Psicologia social e formas de vida rural no Brasil. *Psic.: Teor. e Pesq.*, jan./abr., vol.18, nº 1, p.37-42. 2002. ISSN 0102-3772.

ARAGONÉS, Juan Ignacio & AMÉRIGO, Maria. Um estudo empírico sobre las actitudes ambientales. *Revista de Psicologia Social*, 6, 223-240, 1991.

TAJFEL, Henri. *Grupos humanos e categorias sociais*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

Boi Campineiro: a exclusão de um folgado popular parintinense na visão da comunicação socioambiental

Renan Albuquerque Rodrigues (Bel. Comunicação Social, MSc. Psicologia Social, Dr. Sociedade e Cultura na Amazônia. Professor da Universidade Federal do Amazonas. renanalbuquerque@hotmail.com);
Jonas Santos (Bel. Comunicação Social, Jornalista de A Crítica)

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

Depois de participar da disputa do Festival Folclórico de Parintins com Garantido e Caprichoso na década de 1980, a agremiação folclórica boi-bumbá Campineiro foi banida do cenário cultural da Ilha Tupinambarana e viu-se obrigada a procurar refúgio na comunidade do Aninga, área rural do município.

Apesar de não ser menos tradicional que os bois azul e vermelho, o Campineiro teve sua característica turvada e viveu os últimos anos relegado pela sociedade, pelo poder público constituído e por órgãos que representam a cultura da Ilha Tupinambarana, além de esquecido por pesquisadores e imprensa especializada. Com a voracidade da indústria cultural (ADORNO e HORKHEIMER, 1985) e sem despertar o interesse dos meios de comunicação de massa, o boi Campineiro foi violentado e desvinculado da tradição cultural pós-moderna.

Tomando a contanto a problemática, o trabalho teve por finalidade explorar e descrever o processo de exclusão a que foi submetido o Campineiro, terceiro boi de Parintins, a partir de uma leitura comunicacional do fato, em que reportagens de campo e avaliação de documentos foram realizadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A história de resistência do Campineiro ao apagamento cultural, diante das forças hegemônicas dos bois Caprichoso e Garantido, equivale à temática da exclusão social que, por ser taxativa e agressora, nega a humanidade do outro (CATÃO, 2001; FEIJÓ e ASSIS, 2004). E quando se opera tal negação principalmente a minorias desassistidas, estas são acometidas pela falta de acesso a direitos básicos como moradia, alimentação, educação e saúde. A exclusão social do terceiro boi de Parintins remete a temas relacionados a humilhações, privação e segregação.

O Campineiro teve sua identidade negada pela sociedade parintinense, sejam políticos, investidores ou mesmo moradores tradicionais da Ilha Tupinambarana, que se deparam atualmente com um bumbá invisível, ou seja, não notam sua presença (RODRIGUES e CATÃO, 2012). Passados 30 anos após a última aparição oficial do verde e amarelo no festival, procurou-se delinear parte significativa de sua trajetória histórica, versando sobre a exclusão social e o processo de apagamento cultural imputado ao boi. O trabalho foi orientado como proposta de auxiliar no resgate à memória, tradições e ao valor imaterial do folguedo.

MÉTODOS

Foi realizada investigação para compor uma grande reportagem em que foram destacadas a origem do boi do Camoca (proprietário histórico do Campineiro), referência que pessoas fazem ao boi Campineiro, sua ressignificação, vertentes epistemológicas, narrativas orais, testemunhos de personagens da brincadeira, registros documentais, fotos inéditas da época e os principais momentos que estavam guardados no fio da memória.

Foi abordado o contexto social do folclore da Amazônia relativo a era pós-modernidade que se instala de forma avassaladora provocando mudanças de costumes, tradições e implicando na reestrutura brusca dos saberes locais. Procurou-se descrever critérios e técnicas utilizadas para a exploração, captação e observação da área de estudo, sendo necessário selecionar personagens que tiveram relação próxima com o folclore da cidade e testemunharam ou tiveram envolvimento na brincadeira do Campineiro durante as aparições no Festival de Parintins.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao se verificar a involução do bumbá verde e amarelo, tornou-se notório que houve e há desinteresse da mídia pela agremiação em função dos bois Garantido e Caprichoso, que polarizaram a disputa. Até atentados à cor original do Campineiro foram impostos pelo poder público, ao propor uma arquibancada neutra no bumbódromo e não reconhecê-lo como agremiação folclórica de Parintins.

Observou-se que nos tempos do boi Campineiro era clara a aversão da mídia para eventos que não tinham grande porte. Eram tempos em que jornais, rádios e tvs faziam cobertura pequena do evento, que tinha repercussão muito mais local, e a transmissão no âmbito regional e nacional não era visada, mas isso mudou. Ao compilar

a grande reportagem, notou-se que na atualidade a grande mídia dá destaque intenso a Garantido e Caprichoso e nenhum ao Campineiro. Não existe qualquer menção ao boi esquecido do Aninga (zona rural de Parintins), que é o local onde se originou a brincadeira com o bumbá verde e amarelo.

Sem registros de vídeo, esse boi sobrevive na memória de brincantes, que ainda sustentam o folguedo sem qualquer aparato midiático, o que mostra que o poder do capital e da mídia tem a capacidade de apagar uma manifestação folclórica popular, mas não de fazê-la sumir de vez da lembrança dos povos. Trata-se de uma tradição colocar para brincar o Campineiro, um boi que tem quase o mesmo tempo de criação do azul e do vermelho. Mas é uma tradição que ninguém vê, comparando-se os espectadores de Garantido e Caprichoso àqueles que assistem às apresentações de terreiro do Campineiro.

O interior da comunidade em torno da qual o boi esquecido se apresenta anualmente faz uma festa singular para seu bumbá. Entretanto, a manifestação é pouco vista e propagada. O sentimento de domínio sobre uma representação de folguedo, exemplificada no boi de pano, não é tomada como fator preponderante pelos moradores da comunidade. Durante a grande reportagem, isso ficou claro. O orgulho de torcer pelo Campineiro praticamente não existe entre as pessoas de Parintins.

CONCLUSÃO

Concluiu-se que, anos depois da exclusão, o apagamento do boi Campineiro continua. O ato de banir o bumbá teve como consequência a instauração de um cenário em que tudo é transitório e descartável. A elitização do festival, o desdém do poder público às minorias culturais da Ilha Tupinambarana e a estruturação administrativa centralizadora do boi resultaram no processo de degradação vivenciado pelo Campineiro ainda hoje.

Os relatos sobre o boi Campineiro, ao serem coletados, indicaram que houve uma espécie de movimentação de bastidores de Garantido e Caprichoso para que o terceiro bumbá fosse excluído da disputa, sobretudo usando-se da força econômica. Foi intencional a movimentação dos bois vermelho e azul para a saída do bumbá do Aninga da disputa, e cabe destacar que ela ocorreu com a ajuda tácita dos meios de comunicação de massa. Uma ajuda arregimentada por aparatos massivos de mídia, em meio a estratégias orçamentárias de grupos políticos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. (1985). A Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

CATÃO, Maria de Fátima. Projeto de vida em construção na exclusão inserção social. João Pessoa: UFPB, Ed. Universitária. 2001.

FEIJO, Maria Cristina; ASSIS, Simone Gonçalves. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. Estud. psicol. (Natal). [online]. 2004, v. 9, n.1 [citado 2006-08-05], p.157-166. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2004000100017&lng=pt&nrm=iso>.

RODRIGUES, Renan Albuquerque, CATÃO, Maria de Fátima Martins. Reflexões sobre os processos de exclusão social e cidadania ambiental na Amazônia. Revista Publicatio Ciências Sociais Aplicadas, UEPG, 1º Artigo, 2012(1).

A construção da dança folclórica do boi-bumbá mediante discursos socioambientais

Renan Albuquerque Rodrigues (Bel. Comunicação Social, MSc. Psicologia Social, Dr. Sociedade e Cultura na Amazônia. É professor da Universidade Federal do Amazonas.

renanalbuquerque@hotmail.com);

Geise Macêdo Nunes (Bel. Jornalismo);

Priscila Daniela da Silva Peixoto (Bel. Jornalismo)

INTRODUÇÃO

O estudo explorou em que medida o discurso socioambiental hoje divulgado na esfera midiática da sociedade tem servido de inspiração na criação de danças folclóricas na Amazônia. Tomou-se como pressuposto o boi-bumbá praticado no município de Parintins, distante 375 km de Manaus, a leste do Estado do Amazonas, o qual se trata de um folguedo popular oriundo de práticas europeias do século XVIII — que incorporou características africanas e indígenas nos últimos 200 anos — e atualmente é difundido em todo o Norte do país.

Para dar capilaridade ao trabalho, construiu-se um videodocumentário com imagens da dança folclórica de boi-bumbá intercaladas por entrevistas com brincantes e organizadores do folguedo. A meta foi popularizar o estudo de modo a difundir a ciência social pesquisada na ilha hoje em dia.

REFERENCIAL TEÓRICO

Foi meta especificar entendimentos conceituais referentes à dança e folclore, associando o entendimento deles ao conceito de indústria cultural veiculado historicamente por Adorno e Horkheimer (*apud* TOFOL e MÁXIMO, 2010; RÜDINGER, 2001). Sobre dança, Avelino *et al.*, (S/D) menciona que a prática é um fenômeno social produzido e constitui-se em uma forma de cultura que pode, por meio do movimento, expressar a história de um povo. Mendes (187) e Marques (2003) enfatizam que a dança expressa conhecimento, vivência e recriação de significados para as representações corporais, temporais e espaciais na sociedade contemporânea.

No que se refere a folclore, Cascudo (2001) o define como “a cultura popular tornada normativa pela tradição” (p. 240). Xavier (2002) menciona que a construção do conceito de folclore perpassa por estudos ligados às raízes de um povo. Nesse contexto,

costumes e tradições populares formam o conjunto de saberes e fazeres que molda o folclore. Sobre a influência midiática na construção de aportes socioambientais norteadores da dança folclórica do boi-bumbá em Parintins, faz-se necessário ponderar acerca das implicações da atividade com a indústria cultural, que, segundo Adorno e Horkheimer (*apud* RÜDINGER, 2001), é a conversão da cultura em mercadoria.

MÉTODOS

O campo de pesquisa foi à cidade de Parintins e o local onde ocorreram as entrevistas foi a Cidade Garantido, onde acontece ensaios oficiais do boi vermelho e branco. Ocorreram entrevistas com pessoas ligadas ao setor coreográfico do Garantido: coreógrafos, dançarinos e coordenadores de arte.

Os entrevistados opinaram com relação à dança do boi Garantido. As imagens foram captadas em full HD, com câmeras do padrão HDSLR, em 1920 por 1080 pixels. Tanto captação quanto edição e finalização foram processadas em Full e *rederizadas* (convertidas) para o formato VOB, nativo do sistema DVD Vídeo para apresentação e distribuição e no Formato H264.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Notou-se que mudanças ocorridas ao longo do tempo no âmbito da dança folclórica ajudaram a moldar o que atualmente se denomina de “dança de curral”. Baseando-se nos dados coletados, o fazer coreográfico do boi-bumbá, hoje, mistura o clássico, o moderno e o contemporâneo, mas sem necessariamente fazer uso do universo midiático e de temas socioambientais relevantes.

A dança reúne os passos de quando a brincadeira surgiu, implicando ritmos e movimentos que ganharam espaço e se firmaram dentro do universo comercial da música a partir da indústria cultural. Toda a composição deu suporte para a uma dança criada para a massa, tanto para a arena como para o curral, com a função de atrair o público, fomentar o comércio do boi e envolver os brincantes.

Nota-se que a indústria possui influências claras na dança, mas isso não significa, todavia, uma total descaracterização da coreografia perante a indústria. Com base nas entrevistas, observou-se que houve preocupação por parte da equipe coreográfica do Garantido para que as coreografias não perdessem sua base referencial.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a dança de boi-bumbá tem adequado sua arte e a racionalizado segundo o modo de produção capitalista, incorporando características que propiciam o consumo de massa, sem, necessariamente, visualizar contextos socioambientais. Ela torna-se uma mercadoria consumida em larga escala, proporcionando lucro através da venda de seu produto para angariar recursos para o festival folclórico.

O vídeodocumentário, que foi intitulado “O lugar da coreografia no boi-bumbá Garantido: aspectos históricos e mudanças no dois pra lá, dois pra cá”, procura mostrar como ocorreram às mudanças coreográficas nos últimos tempos e qual o papel que a atividade exerce atualmente no âmbito da Associação Folclórica Boi-bumbá Garantido. O produto jornalístico contribui para a investigação das raízes da cultura popular e enfatiza a importância da dança coreográfica, visto que é essencial para existência do boi-bumbá, assim como a dança é essencial para todos os folguedos e para todas as brincadeiras folclóricas.

Pode-se inferir que a coreografia tem lugar dentro do boi porque é capaz de resgatar elementos da cultura de forma criativa, atender a demandas do mercado e ainda representar a essência da existência da brincadeira por meio do movimento humano e das tradições de vida. Todavia, deixa a desejar quando se propõe a refletir problemas socioambientais que seriam relevantes para a mudança de atitudes.

REFERÊNCIAS

AVELINO, Diefener Ribeiro, ASSIS, Mariana Alvarenga, SOUZA, Mariana Cristina, CONTRERAS, Alina Rivas, GABRIELLI, Michelle Aparecida, LIMA, Maristela Moura Silva. Danças folclóricas e contemporaneidade: noções de empoderamento na escola. Universidade Federal de Viçosa, s/d.

CASCUDO, Luís da Câmara. Dicionário do Folclore/Luís da Câmara Cascudo. – 11. Ed. – edição ilustrada – São Paulo: Global, 2001.

MARQUES, I. Dançando na escola, São Paulo: Cortez. 2003.

MENDES, Míriam Garcia. A Dança. São Paulo: Ática, 1987.

RÜDINGER, Francisco. A Escola de Frankfurt. In Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências. (Orgs.). Antonio Hohlfeldt, Luiz C Martino, Vera Veiga França. Petrópolis, TJ, Vozes, 2001.

TOFOL, Daniela de, MÁXIMO, Maria Elisa. Entre azuis e vermelhos: A relação da imprensa com o processo de construção da identidade parintinense e amazônica no Festival de Parintins. Acessado em maio de 2012 no endereço http://redebonda.cbj.g12.br/ielusc/revi_2005/arquivos/p_revi_9708.pdf.

XAVIER, Adalto. Dançando conforme a música. / Adalto Xavier. – Manaus: Editora Valer e Governo do Amazonas, 2002.

Mediações comunicacionais para o entendimento de diferenças de cultura entre indígenas e não indígenas no Baixo Amazonas/AM

Renan Albuquerque Rodrigues (Bel. Comunicação Social, MSc. Psicologia Social, Dr. Sociedade e Cultura na Amazônia. Professor da Universidade Federal do Amazonas. renanalbuquerque@hotmail.com);

Ignês Tereza Peixoto Paiva (Bel. Pedagogia, MSc. Educação. Professora Assistente da Universidade Federal do Amazonas)

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

Há inúmeras dissonâncias culturais no contexto do ensino-aprendizagem em regiões indígenas da Amazônia brasileira. O embate entre saberes e fazeres tradicionais em relação a práticas urbanas gera dinâmicas de conflito e concorre para o acúmulo de experiências negativas em crianças e adolescentes.

Tomando o suposto enquanto problema fundamentado, foi realizada pesquisa-ação comunicacional para incentivar professores, alunos indígenas e não indígenas dos Ensinos Fundamental e Médio a dialogar sobre diferenças culturais existentes no âmbito escolar indígena do município.

REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito estratégico trabalhado junto aos escolares e docentes no contexto das mediações comunicacionais foi o de etnoterritório (ALVES, 2009; HAESBAERT, 1994, 1997), tendo como pressuposto a mediação da comunicação social enquanto prática do discurso intergrupos. Levou-se em consideração que o foco da discussão devia ser pautado na importância da criação de etnoterritórios indígenas no Baixo Amazonas para o respeito à diversidade cultural nas escolas (PINTO, 2005).

Para fomentar a proposta, procurou-se esclarecer aos participantes acerca dos aspectos imateriais e simbólicos de etnias existentes na Ilha Tupinambarana, tendo em vista incentivar o respeito às diferenças. Sobretudo porque o caminho da autonomia exige o não apagamento das marcas de alteridade entre indígenas e não indígenas, além do incentivo à capacidade de reconhecer-se como sociedade de valor e autônoma (RODRIGUES, 2013).

MÉTODOS

A atividade se deu entre julho e dezembro de 2012, em Parintins, a leste da capital do Amazonas, e teve aportes de técnicas de mediação comunicacional, com uso de informações divulgadas na mídia — jornalismo socioambiental da internet, sobretudo — e workshops informacionais acerca do respeito às diferenças. Tratou-se de pesquisa-ação efetivada com apoio do colegiado de pedagogia da Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

Foram realizadas 13 oficinas quinzenais de comunicação dirigida, com início em março e término em junho do ano passado. O estudo foi executado no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (Icsez/Parintins), onde foram sediadas oficinas e analisou-se o material coletado. As temáticas trabalhadas foram: i) “Situação Atual dos Povos Indígenas no Brasil e Seu Contexto”, ii) “Direitos Indígenas e Políticas Indigenistas” e iii) “Educação Indígena”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apontaram para a emergência de iminentes conflitos interpessoais em situações nas quais foram empreendidos e mediados debates intercomunicacionais sobre apropriação de território, uso da língua materna, demarcação de áreas indígenas e rituais tradicionais.

Discussões entre grupos surgiram em meio a oficinas sobre uso da palavra e tolerância e a conversão para a compreensão dos pontos divergentes foi efetivada na medida em que se incentivou o respeito às diferenças, com base na alteridade ante o outro e incentivo à coexistência pacífica em ambientes escolares/acadêmicos.

CONCLUSÃO

A experiência serviu de base para orientar disciplinas do curso de pedagogia da Ufam/Parintins, onde a quantidade de indígenas e descendentes étnicos de primeiro grau matriculados é significativa, e mostrou que há disparidades culturais profundas, as quais tendem a influenciar negativamente na comunicação interpessoal em áreas tribais. Todavia, cabem ações continuadas, de entidades públicas e privadas, no sentido de ampliar conhecimentos sobre o problema e divulgar melhor a temática, ampliando a visão maniqueísta entre alunos indígenas e alunos não-indígenas de que o saber ocidental é melhor que os saberes tradicionais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Anna Walléria Guerra. Cidadania ambiental: práticas de um paradigma ecológico. In OLIVEIRA, Cícero Amâncio de; PINTO, Jemima Gonçalves (orgs.). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia. Curitiba: AGB, pp. 206-214, 1994.

HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.

PINTO, Ernesto Renan Freitas. As representações científicas da Amazônia: o lugar das etnociências. Amazônia: a natureza dos problemas e os problemas da natureza. 1ª ed. Manaus, Amazonas - Brasil, 2005, v. 1, p. 169 -193.

RODRIGUES, Renan Albuquerque. Vidas despedaçadas: impactos socioambientais da construção da Usina Hidrelétrica de Balbina (AM), Amazônia Central. Tese de doutorado defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), p. 370, 2013.

Homens do “cavaco”: a exploração do pau rosa como meio de sobrevivência na Amazônia

Renan Albuquerque Rodrigues (Bel. Comunicação Social, MSc. Psicologia Social, Dr. Sociedade e Cultura na Amazônia. Professor da Universidade Federal do Amazonas. renanalbuquerque@hotmail.com);

Mirian Souza Bitencourt (Estudante de graduação do curso de Comunicação Social pela Universidade Federal do Amazonas. Pesquisadora de Iniciação Científica)

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

A economia do pau rosa (*Aniba roseadora*) foi durante muito tempo fonte de renda na Amazônia. No entanto, esse capital se concentrava na mão dos grandes empresários da época e a maior parte no exterior, principalmente nos Estados Unidos, onde toda matéria prima produzida na região do Baixo Amazonas era exportada para a cidade da Filadélfia. O preço da essência do pau rosa chegou a custar 200\$000 o quilo. E o principal mecanismo para a extração da matéria prima era a mão de obra humana, desde a retirada da madeira à destilação do óleo.

Por todo esse trabalho era repassado aos extrativistas à quantia de 2,50 cruzeiros por diária. Sendo que, a produção do dia variava entre 50 a 70 quilos. Para Samuel Benchimol (1966), o período de extração do pau rosa contribuiu para o “monopólio natural da escassez”, pois, o alto preço da essência ocasionou a exploração desordenada da espécie e assim, a degradação do meio ambiente e do homem.

Como única fonte de renda, os chefes de família se sentiam obrigados a trabalhar no extrativismo para garantir o sustento dos filhos em condições precárias. Partindo destes apontamentos, o trabalho tem como objetivo fazer um estudo sociocultural sobre o impacto desta atividade na sociedade amazônica, bem como analisar as condições de trabalhos dos extrativistas empregados nas usinas dos principais exportadores de pau rosa na região do Baixo Amazonas, Wladimir Costa Rossi, Mario Costa Rossi e Francisco Ianuzzi.

REFERENCIAL TEÓRICO

Partimos do pressuposto de que a supervalorização da essência do pau rosa no exterior contribuiu efetivamente para uma “corrida extrativista”, no qual, resultou na devastação de parte da Amazônia e a quase extinção da espécie. Batista (2007), explica

que na década de 30, o preço “era de \$ 500 por quilo e chegou até \$ 200.000. Em 1975 caiu para \$ 19.000,00” (BATISTA, 2007, p. 217).

Além, do impacto social causado às famílias que residiam no Baixo Amazonas. Pois, segundo Djalma Batista (2007) o pau rosa enriqueceu alguns extratores e usineiros, empobrecendo, porém, a Amazônia (BATISTA, 2007, p. 218). A exploração do pau rosa começou em 1875 na Guiana Francesa, de onde a madeira foi enviada para Paris. A primeira exportação aconteceu em 1883 da Guiana para a França, e a partir desse período as árvores começaram a ser explorada no Brasil, especificamente em três estados, Amazonas, Pará e Amapá, a fim de atender à demanda exterior. (BATISTA, 2007, p 216).

Nos estados do Pará foram instaladas dez usinas, distribuídas nos municípios de Oriximiná, Faro, Juruti e Santarém. E oito no Amazonas, localizadas entre Nhamundá, Borba, Parintins, São Sebastião do Uatumã, Maués, Parintins e Nova Olinda do Norte (IBAMA,1997).

MÉTODOS

O desenvolvimento desta pesquisa foi dividido em quatro etapas. Primeiro, foi feito um levantamento bibliográfico e posteriormente um estudo sobre as principais obras que trabalham o extrativismo na Amazônia, as reações de trabalho e o trabalho escravo. A segunda parte do estudo consistiu em uma pesquisa documental tanto na internet como em algumas instituições antigas do município, com o intuito de buscar documentos, arquivos, fotografias e informações sobre a extração do pau rosa.

Na terceira etapa da pesquisa, foram realizadas entrevistas com os extrativistas que trabalharam no período de extração do pau rosa para se entender como era desenvolvida a atividade nesta época, com o objetivo de compreender o processo de transformação da matéria prima em óleo. E por fim, as análises dos dados coletados e produção do artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O extrativismo do pau rosa na Amazônia deixou heranças negativas nas regiões onde era desenvolvido o procedimento de extração e transformação da matéria prima em essência. Cada usina empregava mais de 600 homens que trabalham em condições desumanas. Os equipamentos utilizados para a extração da árvore eram tão primitivos quanto o processo de destilação em máquinas movidas a vapor.

Os homens tinham uma jornada sofrida, cada um carregava até a mata os utensílios, machado, terçado e um pouco de alimento. Com o passar do tempo, as usinas ficaram distantes das árvores de pau rosa e, os extrativistas carregavam nas costas a matéria prima até os barracões e depois cortavam em pequenos pedaços de 70 cm chamados de “cavaco”. Todo processo era feito manualmente pelos trabalhadores. No início das explorações na usina Santo Antônio, localizada no Japurá nas margens do rio Paratucu (município de Nhamundá), os índios Yskarianas foram usados como “guia” dos homens brancos e fizeram o mapeamento da região do “Paratucu” em troca de pequenos objetos como espelho, camisas brancas e alimentos. Foi através da implantação da usina que os Yskariana tiveram contato com o homem branco e a cidade. Antes de conhecerem a zona urbana, os trabalhadores batizam os nativos com nomes em português. A Yskariana “Maria” foi quem aproximou aos brancos da aldeia.

CONCLUSÃO

O extrativismo de pau rosa na região do Baixo Amazonas contribuiu para o enriquecimento de duas famílias, Rossi e Iannuzzi, e o empobrecimento tanto das famílias que trabalharam na extração da matéria prima, como da biodiversidade, uma vez que as regiões onde eram implantadas as usinas carregam até hoje marca da exploração desgovernada. A saga do pau rosa foi uma atividade predatória, sem preocupação com os impactos ambientais e chegou ao fim com a extinção do produto nas áreas exploradas. .

REFERÊNCIAS

BENCHIMOL, Samuel. Amazônia – Formação Social e Cultura. 3ª ed. – Manaus: Editora Valer, 2009.

BATISTA, Djalma. O complexo da Amazônia – análise do processo de desenvolvimento. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

GENTIL, Gabriel dos Santos. Povo Tukano – cultura, história e valores. Manaus: EDUA, 2005.

TORRES, Iraildes Caldas. As malhas do trabalho e da economia solidária no Brasil. Manaus: Edua, 2010.